
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS AFRICANAS PARA O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

XAMAN KORAI MINILLO¹

RESUMO: A partir de um estudo sobre o papel das relações internacionais na manutenção do regime de Robert Mugabe no Zimbábue, foi analisado o papel tradicionalmente designado a Estados pequenos e fracos nas Teorias de Relações Internacionais. Foram examinados criticamente os paradigmas clássicos e seus conceitos, buscando explicações satisfatórias para as questões que emergem no estudo das relações internacionais africanas. Percebe-se que, indo além dos tradicionais focos de estudo, como as grandes potências, e trazendo a África para o centro dos debates teóricos como fonte de explicações aplicáveis aos fenômenos do meio internacional, é possível repensar as Relações Internacionais de modo mais inclusivo e democrático. Assim podem ser reavaliadas as lentes teóricas que fundamentam o olhar sobre os fenômenos internacionais, contribuindo para o desenvolvimento do campo de estudos.

Palavras-chave: Relações internacionais africanas; Teorias de Relações internacionais; poder; discurso; Zimbábue.

¹ Possui graduação e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UNB).
Revista Monções: Vol. 1 n. 1 – UFGD – Jan/Jun 2012



INTRODUÇÃO

O continente africano não é tradicionalmente o foco das teorias de Relações Internacionais, e estas explicam pouco sobre a agência e as interações dos Estados africanos, dedicando ao continente espaço marginal em suas formulações explicativas. Tradicionalmente, os Estados africanos ou são excluídos como comprovação empírica de teorias como o paradigma liberal, que não reconhece a existência de democracias liberais africanas, ou exemplificam Estados não consolidados, problemáticos e tomados por conflitos, cuja soberania é questionável (DUNN, 2001: 49).

Entretanto, é preciso admitir a importância da África para as teorias de relações internacionais para além do papel que lhe é tradicionalmente designado, de antípoda do mundo desenvolvido em contraposição ao qual o modelo tradicional de Estado Westfaliano se legitima. Aceitando a existência de dinâmicas nas relações internacionais africanas cuja compreensão permite a reavaliação de conceitos consolidados pelos paradigmas tradicionais do campo de estudos, emergem novas formas de compreender conceitos amplamente difundidos, relacionados aos paradigmas clássicos.

Indo além dos tradicionais focos de estudo, como as grandes potências e o continente europeu e trazendo a África para o centro dos debates teóricos como fonte de explicações aplicáveis aos fenômenos do meio internacional, é possível repensar as Relações Internacionais de modo mais inclusivo e democrático. Assim podem ser reavaliadas as lentes teóricas que fundamentam o olhar sobre os fenômenos internacionais, contribuindo para a construção do conhecimento científico e o melhor entendimento do mundo.

Este tema emergiu a partir de um estudo sobre o papel das relações internacionais na manutenção do regime de Robert Mugabe no Zimbábue. Destacando o papel tradicionalmente designado a Estados pequenos nas teorias de Relações Internacionais, foram examinados criticamente paradigmas clássicos e seus conceitos, buscando explicações satisfatórias ao estudo em questão. Ficou claro que o arcabouço teórico



oferecido pelo *mainstream* das teorias de Relações Internacionais não fornecia as ferramentas mais adequadas para compreender a trajetória de Robert Mugabe.

O Estado Africano nas Teorias de Relações Internacionais

Nos estudos sobre a África têm pouca força as teorias liberais que, centradas na expansão do comércio e no desenvolvimento de instituições democráticas, excluem o continente de suas análises por não reconhecerem nele democracias liberais NKIWANE (2001: 109). Os Estados africanos não correspondem ao argumento que liga competição comercial e o estabelecimento de uma paz duradoura, sendo por isto, frequentemente ignorados dos exemplos nas teorias liberais. No entanto, pesquisas empíricas centradas na África podem se mostrar interessantes justamente para reavaliar a validade do paradigma liberal, podendo contribuir para o refinamento das teorias que nele se embasam e demonstrando as falhas do paradigma.

O triunfo do Neorrealismo sobre o Realismo também contribuiu para a exclusão do continente da agenda das teorias de Relações Internacionais, pois suas análises sistêmicas não dedicam muita atenção à periferia, vendo o sistema internacional por meio da atuação das grandes potências que se organizam em polos, em torno dos quais se arranjam as unidades mais fracas. É possível, no entanto, aplicar o paradigma realista e seus conceitos às relações internacionais africanas. CLARK (2001: 85-103) propõe um realismo tradicional, não epistemológico, racional ou positivista, nem que se embase em conceitos como interesse nacional ou balança de poder. Ele enfatiza o valor do conceito de segurança do regime na compreensão do comportamento dos líderes africanos, pois ele inspira os objetivos e interesses dos Estados e molda suas estratégias para continuarem no poder. Com este conceito em foco, é possível compreender padrões de interação e intervenção nas relações internacionais africanas e os laços estabelecidos com as grandes potências. A



busca pela segurança do regime também explica políticas domésticas, como o patrimonialismo estatal.

Há um predomínio do uso de teorias marxista-leninistas ou globalistas, para explicar a manutenção do estado de subdesenvolvimento do continente africano. Entretanto, de acordo com DUNN (2001: 11), estas são demasiado generalistas e não explicam com sucesso as diferenças entre as políticas de diferentes Estados, não reconhecendo padrões políticos locais. Além disso, apesar de corresponderem em grande medida à visão de mundo difundida por Mugabe, elas priorizam a dimensão econômica, não abarcando estratégias políticas.

Por exemplo, no caso do Zimbábue, Mugabe fundamenta sua política no anti-imperialismo e no conflito de raças, recuperando a questão da libertação do jugo colonial e assim, contrapõe-se ao ocidente em um discurso que privilegia o africanismo e caracteriza os problemas do Zimbábue como resultado da ação de potências centrais. O discurso de Mugabe harmoniza-se com as teorias marxistas aplicadas ao estudo das relações internacionais, como as teorias do imperialismo de Lênin, da dependência e do sistema mundo de Wallerstein. NOGUEIRA & MESSARI (2005: 105-131) É perceptível no discurso de Mugabe a visão do mundo dividido entre Estados desiguais, os pobres sendo oprimidos pelo poder e políticas imperialistas dos mais fortes que procuram estabelecer sistemas de dominação e exploração. Entretanto, não se pode ignorar o fato de que a escolha deste discurso por Mugabe é política. Embora defenda a luta anti-imperialista como solução para os problemas de seu Estado, assim como as teorias marxistas, sua política externa enfatiza valores soberanistas e africanistas, priorizando o discurso antirracista e nacionalista em lugar do desenvolvimento econômico para sustentar seu projeto nacional de independência. O discurso anti-imperialista de Mugabe, mais do que um reflexo da realidade de desigualdade que marca a política exterior do Zimbábue, é uma estratégia para fortalecer seu regime e deslegitimar a oposição perante seus cidadãos e os outros Estados simultaneamente.

As teorias de relações internacionais, tradicionalmente centradas no Estado e seu comportamento no ambiente internacional pouco explicam sobre a agência e interações dos Estados africanos, dedicando ao continente espaço marginal em suas formulações



explicativas. Segundo CLAPHAM (1987: 611), os Estados, tradicionalmente as unidades primárias nas análises do meio internacional, são reconhecidos por terem uma estrutura política independente com autoridade e poder suficientes para governar um território definido e sua população. Entretanto, DUNN (2001: 50) aponta que, muitas vezes, estes componentes não são reconhecidos nos Estados africanos, que são caracterizados como deficientes domesticamente e dependentes externamente.

Segundo JACKSON & ROSBERG (1986, 1-10), os Estados pós-coloniais existem primordialmente devido ao seu reconhecimento externo, sendo sua soberania jurídica. A consolidação da estatalidade não teria sido necessária aos estados pós-coloniais para que se tornassem Estados, pois já contavam com o reconhecimento internacional de sua soberania e não precisariam desenvolver instituições que consolidassem o aparato estatal. Seria, assim, devido à expansão do direito internacional, valores europeus de soberania e a crescente ilegitimidade do colonialismo e a disseminação da doutrina de autodeterminação, que as colônias europeias na África e Ásia, se tornaram unidades soberanas reconhecidas como iguais pelos outros Estados, mesmo não tendo se desenvolvido plenamente.

É reconhecido o mérito da estrutura conceitual de Jackson, que vê o Estado africano como resultado de interesses ocidentais, dependente de seu reconhecimento externo, entretanto, este construto teórico é um ideal. KRASNER (1999: 231) oferece, a partir de um estudo historicamente amplo, a demonstração de que os Estados soberanos Westfalianos sempre conviveram com organizações políticas de outros tipos que eram, quando do interesse dos atores mais poderosos, legitimamente aceitos no sistema internacional. Ele dissocia princípios como a soberania jurídica da prática, reconhecendo que eles podem ser respeitados ou não, dependendo dos outros princípios que também possam ser aplicados e dos interesses dos atores envolvidos.

Os Estados africanos também não se podem caracterizar como sem capacidades, poder ou autoridade como o modelo de JACKSON (1987: 521). Pelo contrário, grande parte dos problemas destes Estados está relacionada a elites que controlam o Estado e não querem abrir mão desse poder. No caso do Zimbábue, Mugabe transformou a estrutura



estatal existente em um meio para garantir a sobrevivência de seu regime. Trata-se de um Estado patrimonialista, excessivamente centralizado, direcionado à consecução de interesses privados da elite governante e à manutenção de seu controle, mas ao mesmo tempo defende sua soberania frente à coerção e sanções externas, e não pode ser caracterizado como um Estado falido.

Assim, o caso do Zimbábue favorece o modelo de KRASNER (1999: 5-7), pois suas relações internacionais são marcadas por momentos de respeito à sua soberania e outros nos quais ela é ameaçada. A soberania dos Estados foi e ainda é constantemente violada em nome de outros princípios, o que ocorre por não existir uma hierarquia clara entre os valores do sistema internacional. Dependendo da circunstância, variam as lógicas que norteiam o comportamento dos atores.

O modelo teórico de JACKSON & ROSBERG (1986, 542-543) também falha ao ver os Estados africanos como espectadores e não agentes, com pouca influência nas políticas de poder. É aceita a importância do reconhecimento internacional para os Estados, principalmente se seu poder e autoridade não estiverem consolidados, como propõe CLAPHAM (1996: 11), mas isto não significa passividade. Pelo contrário, é na política externa que aos governos destes Estados desenvolvem elementos chave para a manutenção de sua soberania.

Perante o mutável ambiente internacional as estratégias políticas dos regimes se alteram segundo suas percepções sobre a realidade internacional. No caso do Zimbábue, é possível salientar o ativismo do governo de Mugabe que, apesar de ter recursos escassos, se organizou com base numa ideologia de solidariedade africana e anti-ocidental para diminuir os efeitos da disparidade de poder. MAHMUD (2001: 129-145) salienta o poder da ideologia e solidariedade na política internacional como estratégia de Estados mais fracos. Com base em um estudo sobre a resposta africana a sanções das grandes potências, ele demonstra que a percepção de que a diplomacia é alterada somente por poder é tendenciosa. Os Estados menos favorecidos desenvolvem diversas estratégias para atingirem seus objetivos, articulando-se arena internacional e domesticamente para garantir



a segurança de seu regime, muitas vezes desestabilizados por sanções, como no caso do Zimbábue.

Compreendendo as Relações Internacionais Africanas a partir do caso do Zimbábue

Após tornar-se independente em 1980, apesar da pouca relevância nas disputas internacionais por poder e com poucas capacidades materiais, o Zimbábue conseguiu uma eficaz inserção internacional. Mas, na década seguinte, seu líder político, Robert Mugabe, passou a ser criticado e o Estado a ser caracterizado como um pária pelo Ocidente. Entretanto, mesmo sendo alvo de críticas e sanções das potências ocidentais, Mugabe logrou manter o controle político do país, às custas da dura repressão da população, e, ao mesmo tempo, continuou a ser defendido por Estados do Sul Global como um líder legítimo.

As estratégias desenvolvidas por Mugabe ofereceram pistas interessantes estudos sobre a agência de Estados pequenos, com pouco poder material, na arena internacional, indicando a importância de princípios e discursos na determinação do poder de um Estado.

A importância de valores, normas e ideologia

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer o papel de valores, normas e ideologias nas relações internacionais. As diferenças na imagem de Robert Mugabe no Ocidente e a manutenção de sua imagem positiva no Sul demonstram a importância e a diversidade de valores, normas e ideologias defendidos pelos atores, com diferentes interesses e objetivos. Observa-se que estes componentes permeiam as relações internacionais de Estados fortes e fracos, interferindo em seu reconhecimento da realidade.

A partir da década de 1990, o Ocidente passou a promover uma agenda liberal e democratizante. Ao mesmo tempo, os líderes africanos perceberam que, embora a aceitação do discurso liberal democrático pudesse contribuir para a inserção do continente



nas dinâmicas internacionais, estes valores não favoreciam a promoção de seus interesses. Assim é possível perceber que não há uma hierarquia clara entre os valores defendidos pelos atores, sua importância varia segundo seus interesses, e que discursos conflitantes podem coexistir, assim como políticas aparentemente contraditórias que, em verdade, são tentativas racionais de conciliar valores competidores que são importantes para os interesses dos agentes.

Estes valores e normas são defendidos em determinadas circunstâncias por determinados atores dependendo de seus interesses. Reconhecendo que, assim como variam as capacidades e identidades dos Estados, também variam seus interesses, ideologias e valores, ao analisarmos os Estados fracos, emerge o conceito de segurança de regime de CLARK (2001: 85-103). Tal conceito faz parte do instrumental necessário para o estudo das relações internacionais africanas, pois ele permite diferenciar segurança de Estado e de regime, indicando que, diferentemente das potências, os Estados fracos têm de constantemente cuidar da segurança de seus regimes instalados, pois seus Estados frequentemente não estão consolidados ou são divididos por dissidências que ameaçam o governo. A garantia da continuidade do regime, embora não seja o único interesse das elites governantes, é uma pré-condição para o desenvolvimento de seus outros interesses.

A partir do conceito de segurança de regime também é possível compreender a agência dos Estados fracos, pois assumindo que os governantes agem em busca da realização de seus objetivos e que estes estão relacionados à sobrevivência do regime, é possível compreender padrões de ação aparentemente contraditórios. Por exemplo, os líderes africanos aceitam nominalmente o discurso liberal democrático promovido pelo Ocidente, para garantir uma efetiva inserção internacional do continente, mas, como se identificam com a agenda ideológica proposta por Mugabe, o resultado é um padrão de ação caracterizado pela aceitação nominal dos valores ocidentais em discursos e propostas de agenda enquanto, na prática, é privilegiada uma postura soberanista. O conceito de segurança de regime, cuja forma de aplicação é contingente, mostra-se ferramenta importante no estudo das relações internacionais, pois fornece uma chave para entender o



comportamento dos líderes políticos africanos e de Estados fracos, marcado por múltiplas estratégias para perpetuar sua estadia no poder.

Admite-se, assim, que os valores e normas propostos pelos Estados variam segundo seus interesses, que também são variáveis dependendo das características e identidades dos Estados.

Os valores e ideologias que permeiam as relações internacionais têm uma relação dinâmica com o poder. Ao mesmo tempo em que são influenciados pelo poder, eles podem ser fontes de poder. Os valores e normas propostos pelos atores mais poderosos têm maior relevância na sociedade internacional do que aqueles propostos pelos fracos, pois seus proponentes podem garantir seu seguimento pela força se assim desejarem. No entanto, isto não significa que tais valores sejam hegemônicos. Embora eles possam ser dominantes e aparentemente aceitos por toda a sociedade de Estados, tal aceitação pode ser nominal, uma estratégia utilizada por Estados fracos que não desejam entrar em conflito com as potências.

Para além do poder material: a força do discurso e de narrativas nas relações internacionais

Os Estados fracos também podem utilizar ideologias e valores, propostos por meio de discursos, para legitimarem narrativas alternativas às dominantes, pois, ganhando o apoio de outros Estados, tais narrativas podem tornar-se fontes de poder. Na pesquisa percebeu-se que a continuação do regime de Robert Mugabe deveu-se à construção e propagação de um discurso no qual propunha uma versão da crise e da ordem internacional que desafiavam a visão predominante, proposta pelo Ocidente. Sua versão, que salientava as disparidades de poder entre os Estados e os perigos da dominação Ocidental, ganhou o apoio dos Estados do Sul. Desenvolvendo um discurso que promovia os interesses dos Estados fracos, a narrativa de Mugabe mobilizou sua solidariedade e, unidos em torno dela, eles tornaram-se mais fortes. Pode-se afirmar, assim, que com seu



discurso ideológico, Mugabe obteve o apoio de um grupo para sua narrativa e seu governo e gerou recursos de poder dos quais seu Estado necessitava.

De acordo com DUNN (2001: 56), discursos não se restringem às ideias, eles traduzem-se em ações e práticas que tornam seu conteúdo real e estruturam e delineiam aquela realidade que transmitem, tornando-a conhecida. Para ALDEN & ANSEEUW (2009: 25-26), os discursos desempenham o papel de referencial, construindo visões de mundo e narrativas políticas, compostas por imagens, idéias, valores e normas. Narrativas admitem o processo histórico profundo e a subjetividade como parte integrante de formações sociais e institucionais, algo que as visões racionalistas negam ou reduzem a importância.

Narrativas constituem-se em recurso interpretativo especialmente importante para compreender as relações internacionais de Estados fracos e com problemas de legitimidade, pois apresentam explicações alternativas da história e geram outras fontes de autenticidade e autoridade, contestando e competindo com as narrativas vigentes. Assim, por meio de seus discursos, Mugabe desafiava a cultura liberal-democrática que, promovida pelo ocidente, era a predominante na comunidade internacional. A narrativa que ele propunha, ideologicamente sedutora para os Estados do Sul, foi abraçada por estes, que legitimaram, assim, sua autoridade e voltaram-se contra as políticas ocidentais que o ameaçavam.

Sem rejeitar a proposição de que as relações internacionais são moldadas por relações de poder, propõe-se aqui, a concepção de poder de WENDT (1999: 96-97, 109), sensível aos interesses dos Estados (que são contingentes), influenciados por normas e idéias e pela cultura de contextos políticos específicos. Se tomada uma abordagem neorrealista como a de WALTZ (1979: 131, 191), definindo poder como a distribuição das capacidades que os atores têm e podem usar para procurar mudar o comportamento de alguém de determinada forma, poder que pode ser medido pelo tamanho da população e território de um Estado, sua dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competências, perde-se sua dimensão social, como ele pode ser influenciado ou mesmo constituído por fatores não materiais, como normas, ideias e narrativas que as estruturam.



Aceitando que o poder pode ser constituído por outros elementos que não forças materiais, é preciso dar atenção a outras abordagens de relações internacionais. A visão realista clássica de MORGENTHAU (2003: 18), por exemplo, reconhece poder como controle, ou a habilidade de fazer com que outros façam o que se deseja quando eles não o fariam, mas aceita que seu conteúdo pode variar conforma o ambiente político e cultural no qual é aplicado e pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle, englobando relacionamentos sociais que envolvam desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos.

Se analisarmos o poder desta forma, como um atributo social, indo além de sua dimensão material e relacionando-o a prestígio, autoridade e legitimidade, pode-se ter uma melhor compreensão dos recursos que um Estado ou regime podem usar a seu favor e da importância de ideologias e instituições para a estabilização e efetividade do poder HURRELL (2005: 49). Assim, se aceita a proposição de que existe mais de um tipo de poder. Isto é, além do poder que é exercido diretamente a partir dos recursos materiais de um ator, ou *hard power*, traduzido em incentivos ou ameaças, há o poder indireto, ou *soft power*, que NYE (2007: 60-64) propõe existir quando aquele que o exerce estabelece uma agenda ou atrai outros atores para suas ideias utilizando-se de recursos intangíveis como cultura, ideologia e instituições para modelar suas preferências.

Para ir além da deficiente visão materialista de poder, como a expressão de capacidades materiais dos agentes, é lembrada a abordagem de FOUCAULT (1988: 102), que não entende o poder como um "conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição do cidadão em um Estado determinado" ou como "um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro", mas sim "compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização".

Também se adota de Foucault a ideia de que "é justamente no discurso que se vem articular poder", admitindo



um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (...) Não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia. FOUCAULT (1988: 111-112)

Reconhecendo o discurso como tal, é possível compreender como a narrativa desenvolvida por Mugabe que lhe garantiu como um Estado fraco que foi, no passado, vítima da exploração colonial, grande apelo em contextos políticos específicos. Sua retórica encontrou apoio de Estados que têm um passado similar no âmbito do Sul Global, suscitando sentimentos de identificação e solidariedade e provocando uma resposta ideologicamente motivada destes Estados na forma de uma agenda anti-imperialista. Assim, a crise do Zimbábue deixou de ser vista simplesmente como tal, tornando-se, a partir dos discursos do líder, parte do conflito entre o Norte e o Sul, e da luta contra a dominação imperialista.

De acordo com KORAB-KARPOWICZ (2010), na visão realista clássica, que baseia sua análise a partir da agência das grandes potências, as normas internacionais podem, quando é do interesse das grandes potências, ser desconsideradas, pois quem tem mais poder pode desconsiderar questões morais e agir como bem entender, equacionando poder com direito. Rejeita-se, no entanto, a ideia de que na ordem internacional as potências sempre logram impor normas aos Estados periféricos. Os Estados com poucas capacidades materiais, fracos, não são somente vítimas da sociedade internacional, eles defendem-se e ativamente desenvolvem agendas próprias e apropriam-se (ou não) das normas, ou do discurso dominante de acordo com seus interesses.

Tamanha pode ser a força das normas sociais, que elas podem ser utilizadas como uma forma de poder, um instrumento para garantir a segurança dos Estados fracos e dos regimes neles instalados. Por serem materialmente fracos e buscando garantir sua segurança, os Estados africanos abdicaram de estratégias realistas tradicionais como o



equilíbrio de poder e, assim, reduziram a competição e os conflitos entre si, passando a promover como um grupo solidário a defesa de normas e instituições embasadas na identidade comum africana e na soberania dos Estados estabelecidos.

Devido ao reconhecimento desta pluralidade de dinâmicas que pululam no ambiente internacional, relações mediadas por força, por normas e mesmo por solidariedade, mostra-se interessante um referencial teórico pluralista, que reconheça que os Estados se relacionam em termos de força e interesses e se vinculam a outros desenvolvendo valores comuns em relações de reciprocidade e, podendo ser inspirados por forças morais em sua agência. Assim, são reconhecidos os constrangimentos sistêmicos, ou materiais, e normativos no comportamento dos Estados e, as relações internacionais podem ser determinadas não somente pela anarquia hobbesiana, uma luta de todos contra todos. Apesar deste ser um cenário possível, o ambiente internacional também pode ser caracterizado por interações pacíficas e cooperativas, moldadas por normas e valores compartilhados.

As dinâmicas complexas e multifacetadas que têm lugar no ambiente internacional são melhor caracterizadas por uma visão pluralista, como a da Escola Inglesa, ou o construtivismo de WENDT (1999: 246-312) que identifica três culturas de anarquia de Wendt, hobbesiana, lockeana e kantiana, caracterizadas por culturas de inimizade, rivalidade e amizade inspirando a agência dos atores. Segundo BROWN (1995: 185), o estudo pluralista das relações internacionais permite reconhecer na ordem internacional a importância do jogo de forças, de normas e relações embasadas em direitos, deveres e obrigações e ainda a existência de interesses e valores comuns entre os atores. Estas dinâmicas podem coexistir, pois as motivações que inspiram a ação dos atores se alteram dependendo das diferentes situações e atores com que estão envolvidos.

O Construtivismo de WENDT (1987: 395) procura fazer uma ponte entre a visão realista e as teorias críticas e pós-modernas. Aceitando a realidade da anarquia internacional e focando na construção de identidade e interesses, ele argumenta que "*self-help and power politics are institutions, and not essential features of anarchy. Anarchy is*



what states make of it", reconhecendo a possibilidade de outros comportamentos nas relações internacionais que não o de *self help*, comportamentos que variam dependendo dos papéis com os quais os Estados se identificam e identificam uns aos outros, pois o poder e os interesses são constituídos por ideias e normas. Como propõe WELDES (1996: 279), os interesses, assim como realidade, atores e poder, não são auto-evidentes, todos são "produto de interpretação, de subjetividade".

O conjunto de teorias Construtivistas, assim como a Escola Inglesa, partilha a premissa de que a observação e a conceituação são fundamentadas em estruturas de pensamento pré-existentes, que determinam os significados atribuídos aos objetos de análise, e que o sujeito e o objeto no estudo da política internacional são interdependentes. Tanto a abordagem da Escola Inglesa quanto a abordagem Construtivista como a de WENDT (1987: 395) reconhecem que a natureza das interações depende dos papéis com os quais os Estados se identificam e identificam os outros atores. Assim, estas perspectivas admitem o comportamento dos Estados africanos, embasado na solidariedade e na reciprocidade, que emergem a partir de seus interesses, como uma possibilidade válida de comportamento nas interações internacionais.

Para entender como um país fraco sobrevive politicamente na arena internacional e garante a segurança de seu regime mesmo sendo alvo de sanções e críticas de potências, é preciso uma abordagem pluralista, que reconheça o papel de discursos e narrativas como fontes de poder. Admitida a compreensiva concepção do poder social e as complexas e multifacetadas dinâmicas que podem caracterizar as interações internacionais, é possível identificar nos discursos de Mugabe os componentes principais que, interligados em uma narrativa da libertação, suscitaram a solidariedade africana e do Sul, estruturando e dando vida a uma estratégia de sobrevivência que garantiu a continuidade do regime de Mugabe. Não se afirma, aqui, que o discurso tem um poder intrínseco e qualquer discurso pode ser fonte de legitimidade. O discurso de Mugabe ganhou força sua narrativa mostrou-se conveniente para os interesses e objetivos dos Estados fracos que, identificados com a proposta de Mugabe, coletivamente, conferiram força a seu discurso.



Os múltiplos discursos, políticos e acadêmicos, acerca do Estado

Quando, com o fim da Guerra Fria, o Ocidente passou a exportar o ideal liberal-democrático e a demandar, além dos tradicionais componentes da estatalidade, a boa governança para aceitar a legitimidade dos Estados, era salientada nas relações internacionais a distância entre os Estados pós-coloniais e o ideal de Estado soberano. Esta visão é exemplificada por COOPER (2002) em seu artigo "*The Post Modern State*", no qual divide o mundo entre Estados pós-modernos, Estados modernos e Estados pré-modernos, sendo estes últimos os Estados fracos "*where the state has failed and a Hobbesian war of all against all is underway*". Segundo Cooper, sendo diferentes, estes Estados devem ser tratados diferentemente.

Dominadas por visões européias e norte-americanas, as Relações Internacionais não explicam as relações internacionais africanas e as marginalizam, reforçando a centralidade do mundo Ocidental para as Relações Internacionais:

The continent is the ever-present and necessary counterpart that makes the dominant theories complete. It is the periphery to the core; the small states upon which the 'great' powers act. (...)Africa provides the mirror in which the West defines itself (...) Africa is the Other necessary for the construction of a mythical Western Self. Yet, this Western Self remains the author and authority of IR. Within IR theory, Africa is the voiceless space upon/into which the West can write and act. The West's authorship of IR theory is a hegemonic practice which closes out other possible readings/writings of world politics. As a product of Modernity, Western IR theory therefore rests on the necessary marginalization of Africa and other non- Western sites of knowledge. DUNN (2001: 3-4)

As teorias de Relações Internacionais diferenciam o Estado ocidental, considerado normal, do Estado africano que, caracterizado como fraco e estruturalmente falho, não pode ser reconhecido no ideal Estado, significa o "outro", reforçando a normalidade do Estado ocidental. O Estado africano, fraco, marginalizado, não é reconhecido como fonte de políticas significativas ou "*serious' discussions of world politics*", sendo apenas cenário de catástrofes humanitárias. DUNN (2001: 1)



O reconhecimento de um Estado como igual e soberano pelos Estados que compõem a comunidade internacional é algo mutável, sujeito à sua “performatividade”, ou o constante processo de constituição dos sujeitos e de padrões de normalidade. O Estado é, assim, um construto social, e são as formas como os Estados desenvolvem os atributos que são esperados deles e desempenham um papel inspirado no discurso dominante na comunidade internacional que lhes garantem seu reconhecimento como Estados. O discurso dominante na política internacional legitima os Estados ocidentais enquanto caracteriza Estados fracos, tais como os africanos, como desvios deste padrão. Ao mesmo tempo, o discurso das teorias de Relações Internacionais reifica o ideal de Estado moderno e dá a este construto um caráter de naturalidade, pois *“The modern international system has historically evolved by perpetuating and privileging the Western discourse of the state and delegitimizing others. A state is not a state unless it is recognized by other states”*. DUNN (2001: 56)

No entanto, os discursos sobre os Estados são múltiplos, sendo feitos por diferentes atores com interesses e intenções variadas, e o discurso que legitima o Estado ocidental não monopoliza as normas e ideias que permeiam as relações internacionais. Os Estados africanos não são observadores passivos das ações e discursos desenvolvidos pelas potências, e com sua recente experiência de instalação de Estados sobre bases instáveis, reconhecem a importância da soberania jurídica e têm grande preocupação com os discursos veiculados acerca de sua legitimidade. Para garantir a segurança de sua soberania e de seus regimes, as elites governantes dos Estados fracos procuram cooptar o discurso normativo acerca de seus Estados para utilizá-lo em seu benefício:

Even though African elites may have accepted the concept of the state, they have constructed and employed it according to their own needs and contexts. That is to say, they have discursively reinvented the state, while simultaneously employing other discourses of the state. (...) while international forces are constructing various discourses of the state in Africa for their own interests, Africans are often exploiting such discourses for their own enrichment. (...) African political elites often use the dominant discourse to extract resources from the international community in a ‘legitimate’ manner. DUNN (2001: 60-61)



Com seu discurso, Mugabe procura combater o discurso ocidental que caracteriza o Zimbábue como um Estado pária, um Estado com um comportamento desviante. O líder desafia o discurso ocidental e, ganhando o apoio de outros Estados fracos, similarmemente descontentes com tal discurso acerca do que são Estados legítimos ou ilegítimos, tem êxito. Assim, Mugabe refreia o discurso ocidental que o caracteriza como pária, pois contando com o apoio generalizado de Estados do Sul Global, o Zimbábue necessariamente não pode ser um pária.

Ao mesmo tempo, ao obter o apoio dos Estados fracos, o discurso de Mugabe, com seus elementos anti-imperialistas, ganha destaque dentre as narrativas que competem entre si para determinar as normas e ideias que são reconhecidas e promovidas na política internacional. Os Estados que o apoiam fazem isto em interesse próprio, pois, legitimando o Estado com base na soberania jurídica e no reconhecimento da legitimidade dos regimes estabelecidos, e não na boa governança, os Estados fracos legitimam e fortalecem seus próprios regimes.

Contrapondo-se ao discurso ocidental, que questiona a legitimidade dos Estados pós-coloniais afirmando que estes não têm os componentes de estatalidade nem os padrões de boa governança que se esperaria de um Estado, o discurso de Mugabe reafirma a primazia da soberania sobre outros valores que permeiam as relações internacionais e reconhece-a como uma fonte de legitimidade do Estado, fortalecendo e legitimando os Estados fracos. Seu argumento é que, reconhecidos como Estados soberanos pela comunidade internacional no passado, os Estados pós-coloniais não podem ter sua soberania questionada exatamente por serem Estados soberanos.

Esta "inquestionabilidade" que Mugabe atribui à soberania está no cerne das políticas de solidariedade que permeiam as relações internacionais africanas, pois, para garantir sua segurança, os Estados fracos reverenciam a soberania como uma fonte inquestionável de poder e, a partir dela, legitimam os governos estabelecidos. Utilizando-se inteligentemente das normas internacionais em seu benefício, Mugabe conseguiu sensibilizar ideologicamente e garantir a solidariedade dos Estados Africanos e do Sul que, para



defenderem seus interesses, procuram combater o discurso ocidental que questiona sua legitimidade como Estados soberanos.

Assim, pode-se compreender o mecanismo por meio do qual o discurso de Mugabe é uma fonte de poder. O discurso do líder, interessante para os Estados que têm poucas capacidades materiais ou não são consolidados e sentem-se ameaçados pelo discurso ocidental que os desqualifica como Estados modernos, é aceito e promovido por estes Estados. Com este apoio massivo, o discurso de Mugabe ganha legitimidade e o líder não pode ser qualificado como um pária e conta com um grupo solidário, que o defende e fortalece, impedindo que as pressões ocidentais tornem-se insuportáveis. Por sua vez, unidos em um bloco ideologicamente coeso, que é legitimado no discurso de Mugabe, os Estados do Sul também são fortalecidos, pois contam com um arcabouço ideológico que os legitima e que, defendido por um grande grupo de Estados, tem grande relevância dentre os valores que permeiam as relações internacionais.

A sobrevivência do regime de Mugabe, mesmo sob pressão ocidental, demonstra a importância das ideologias que permeiam as relações internacionais. São as ideologias que embasam a solidariedade entre Estados fracos e o antagonismo entre eles e as potências. Estas também se utilizam de ideologias para promover seus interesses, como a tentativa de transformar o Zimbábue em um pária por meio de sua identificação como um Estado pária demonstra. No entanto, é ressaltada a importância da ideologia na agência de Estados fracos que não dispõem de recursos materiais, para se contraporem ao poder das grandes potências e, muitas vezes, para a garantia de sua própria sobrevivência MAHMUD (2001: 130).

Com seu discurso e com a reação ideológica que ele motivou dentre os membros do Sul Global, Mugabe pôde contar com fontes de poder não previstas nas tradicionais teorias de Relações Internacionais que focam no poder, influência, interesses e motivações das grandes potências e, predominantemente liberais, postulam que com o estabelecimento do consenso liberal ao final da Guerra Fria, ideologias não motivam mais a agência dos Estados MAHMUD (2001: 135). Sem admitir o papel da ideologia nas relações internacionais, não seria possível compreender a continuidade do regime de Robert Mugabe no Zimbábue.



O uso da ideologia, sujeito a alterações conforme as especificidades das situações, não é exclusividade de Mugabe, sendo identificado por MAHMUD (2001: 129-145) nas reações a sanções internacionais da Líbia e da Nigéria. O autor mostra que mesmo líderes com pouco carisma, como o General nigeriano Abacha, podem ter sucesso em angariar apoio dentro do continente africano caracterizando as sanções às quais foram submetidos como uma tentativa de dominação ocidental e apelando para o sentimento de revolta contra as injustiças internacionais presente nos Estados do Sul. No caso aqui analisado, Mugabe, que já era reconhecido por seu ativismo e era um prestigioso líder político, se tornou inatingível ao colocar a seu favor símbolos importantes para o Sul Global como a reforma agrária, caracterizando seus opositores como agentes do imperialismo, contrapondo-se ao ocidente e reafirmando a legitimidade dos Estados pós-coloniais e de sua luta contra a dominação imperialista.

A compreensão das condições que permitem a continuidade da crise zimbabuana oferece uma explicação que pode ser generalizável para casos em que a força e a influência das potências não explicam os acontecimentos internacionais e a chave da questão está no uso positivo do poder social. Trazendo para o centro da análise a perspectiva dos Estados fracos abre-se o caminho para o reconhecimento do papel importante do discurso e da ideologia nas relações internacionais, pois, em sua constante luta pela sobrevivência, os Estados do Sul valem-se deles. Segundo PUCHALA (1997: 130), a realidade social emerge a partir das narrativas que desenvolvem, as quais, mesmo sendo fatores intangíveis, produzem efeitos concretos mobilizando políticas de solidariedade e reciprocidade que geram poder e legitimidade para os governos estabelecidos. O valor da ideologia nas relações internacionais africanas e entre Estados do Sul é imprescindível para a compreensão de alguns fenômenos das relações internacionais que não são compreendidos pelas perspectivas tradicionais de Relações Internacionais e, assim, contribui para o refinamento do campo de estudos.

É preciso, no entanto, lembrar que dentre os efeitos marcantes de discursos nas relações internacionais, pode estar o afastamento das políticas da realidade:



Words carry us forward towards ideological confrontations from which there is no retreat. (...) Slogans, clichés, rhetorical abstractions, false antitheses come to possess the mind (...). Political conduct is no longer spontaneous or responsive to reality. It freezes around a core of dead rhetoric (...) language encloses politicians in the blindness of certainty or the illusion of justice. STEINER (1961: 37)

A aceitação da narrativa de Mugabe devido ao seu apelo ideológico para os Estados fracos que procuram defender a todo custo sua segurança e aquela dos regimes estabelecidos permitiu a continuação de um regime problemático, com cada vez menos apoio popular doméstico, que submete sua população à gradual destruição do Estado.

O desafio revisionista que Mugabe propôs à comunidade internacional foi aceito pelos Estados do Sul que, descontentes com a distribuição internacional de poder, lutam por uma ordem internacional mais justa. GELDENHUYS (2004: 73-75) No entanto, mesmo que estejam certos em seu diagnóstico da ordem internacional, que, injusta, beneficia uns mais do que outros, a reação ideológica dos Estados do Sul, que se apegam à soberania do Estado e seu poder absoluto, torna sua prescrição infeliz, pois privilegia a justiça internacional sobre a justiça interna. A defesa da soberania do Estado antes dos direitos da população gera políticas interessantes para as elites governantes, mas não para as populações. As políticas de solidariedade, embora legítimas em sua luta pelo fortalecimento dos Estados fracos, não correspondem aos interesses dos povos, permitindo a continuação de crises como a do Zimbábue indefinidamente, estendendo o sofrimento da população zimbabuana, indefesa frente aos ataques de seu Estado.

Conclusões

A partir da busca pela compreensão da crise zimbabuana e das exitosas estratégias de Mugabe para garantir a continuidade de seu regime, foram obtidas lições que podem ser generalizadas como estratégias viáveis para Estados não consolidados como os africanos reagirem à pressões de potências internacionais, contribuindo para a compreensão de suas relações internacionais. As políticas internacionais africanas,



tradicionalmente, têm uma compreensão limitada pelas tradicionais teorias de Relações Internacionais, pois a agência dos Estados africanos não corresponde aos cânones do comportamento tradicional de Estados, construído a partir do ideal Ocidental de Estado, e os próprios Estados fracos não correspondem ao ideal de um Estado, inspirado nos Estados europeus.

A sobrevivência do regime de Mugabe, que se deu graças à mobilização do apoio de Estados fracos que o líder conseguiu, ilustra como discursos desempenham o papel de referencial, construindo visões de mundo e efeitos políticos concretos. O discurso de Mugabe desafia a cultura liberal democrática, legitimando Estados que não correspondem ao ideal ocidental, demonstrando como discursos e ideologias não podem ser ignorados quando se tenta compreender as relações internacionais, principalmente aquelas de Estados fracos e com problemas de legitimidade. Os discursos apresentam explicações alternativas da história, e sendo fontes de autenticidade e autoridade, são muito importantes para os Estados com poucas capacidades materiais.

Funcionalmente iguais comunidades soberanas, os Estados diferem em suas capacidades materiais e isto, como Mugabe identifica em sua narrativa, é fonte de desigualdades no meio internacional. Devido às desigualdades do meio internacional a estratégia de Mugabe funcionou e, apesar da deterioração do Zimbábue, o Sul Global apoiou-o, interessado em legitimar os Estados fracos mesmo que eles não correspondam ao ideal do Estado Ocidental, com os critérios de estatalidade e boa governança. Apoiando a narrativa proposta por Mugabe os Estados do Sul defendem a soberania de forma tautológica, a partir de seu reconhecimento internacional, de modo que os Estados não consolidados ou com problemas de governança são legitimados por terem sido reconhecidos como membros legítimos da comunidade de Estados no momento de sua independência.

A política externa e os diferentes discursos e valores que a permeiam, competindo entre si, são uma fonte de poder e autoridade importante para os Estados, principalmente para aqueles que não têm capacidades materiais consolidadas. Estes atores mais fracos não



são passivos, e suas elites governantes se utilizam da política externa e de recursos não matérias para legitimarem sua soberania e os regimes políticos estabelecidos. A continuidade do regime de Mugabe demonstra que um Estado pequeno e fraco pode mobilizar ideologicamente a solidariedade de membros do Sul e utilizá-la para diminuir os efeitos da disparidade de poder que marca a sociedade internacional.

A visão de mundo difundida nos discursos de Mugabe procurava deslocar o foco do debate internacional sobre a crise zimbabuana dos problemas de governança responsáveis pela crise para o debate para questões de justiça internacional e promovendo valores interessantes para as elites políticas africanas e de Estados fracos, fortalecendo a legitimidade de seus regimes, o líder garantiu um grupo solidário, ideologicamente comprometido e leal a seu regime, que lhe rendeu recursos de poder. É somente reconhecendo a centralidade de valores ideológicos e culturais para as relações internacionais e do conceito de segurança de regimes, diferenciando os interesses do regime instalado daqueles do Estado, que é possível entender o apoio do Sul que explica a continuidade de regime de Mugabe.

Evidenciou-se a existência de uma cultura permeando as relações internacionais, uma cultura que não é formada por um conjunto de valores coerentes e consistentes entre si, mas por valores competidores, que ganham relevância conforme se tornam interessantes para os objetivos dos Estados. Os valores liberal-democráticos, promovidos pelo Ocidente a partir da Guerra Fria ameaçavam, com suas concepções sobre a necessidade de boa governança para legitimar os Estados, os regimes instalados, por vezes sem grande legitimidade, em Estados fracos e não consolidados. O discurso de Mugabe, desafiando os valores ocidentais, ofereceu um conjunto de valores alternativos que, interessantes para os Estados fracos, foram apoiados por eles.

Somente é possível compreender as relações internacionais por meio de uma perspectiva pluralista que reconheça a importância de valores, normas e ideologia. O compartilhamento de uma cultura comum entre Estados permite a organização de regras e instituições internacionais, que ocorre somente quando os Estados tornam conscientes de certos valores e interesses comuns, que decorrem da partilha de uma identidade ou



ideologia. As estratégias desenvolvidas por Mugabe demonstram que esta cultura afeta a configuração internacional de poder e que os valores que um Estado promove podem ser determinantes para a segurança de um regime, não sendo somente as capacidades materiais de um Estado os determinantes de sua força. Não há uma hierarquia clara entre os valores. Discursos conflitantes podem coexistir e gerar políticas aparentemente contraditórias que são, em verdade, fruto da tentativa dos atores de conciliarem valores diferentes, que são importantes para seus interesses. Os valores defendidos pelos atores se alteram conforme o contexto histórico e as preferências dos agentes.

Reconhece-se, assim, que o ambiente internacional é dinâmico, conforme se alteram as relações de poder e emergem novos discursos que passam a contar com o apoio de muitos atores e, assim, alteram-se as relações de poder, os valores defendidos, e mesmo os comportamentos considerados normais ou desviantes, se alteram. Esta relação de coconstituição entre poder, discursos e valores também pode ser observada na relação existente entre os atores e o meio internacional. Pode-se afirmar que as dinâmicas internacionais são constituídas pela ação simultânea de diversos atores em uma estrutura, a qual, embora restrinja suas ações em certa medida, também é moldada pela agência dos atores. As ações dos atores não devem ser percebidas como unidirecionais ou reativas, pelo contrário, são coconstituídas simultaneamente com a estrutura e assim, os valores que os atores promovem e as estratégias que colocam em ação, em certa medida, são influenciadas pelo ambiente que o envolve. Ao mesmo tempo, suas ações produzem efeitos sobre o ambiente internacional os quais, por sua vez, são recebidos de diferentes maneiras pelos demais atores que, com suas respostas, influenciam novamente as políticas internacionais, e assim sucessivamente.

Torna-se, assim, necessário entender poder não como distribuição de capacidades, como propõem os neorrealistas, mas como um atributo social, relacionado a prestígio, autoridade e legitimidade. Adotando uma perspectiva foucaultiana, o poder pode ser entendido como correlações múltiplas de força, que não podem ser dissociadas de seu domínio, pois elas constituem sua organização. Neste sentido, o discurso é quem articula o



poder, sendo fonte de poder ao mesmo tempo em que é condicionado pelo poder. Estas condições podem ser observadas no ambiente internacional, no qual não há um ordenamento que constranja o poder dos Estados e mesmo os atores mais fracos podem ter poder e legitimidade se, por meio de suas narrativas, tornarem-nos reais. No estudo das relações internacionais de Estados fracos deve-se compreender poder como um atributo social, para não se atribuir o papel de vítima ou de observador aos Estados fracos. Mesmo com poucos recursos materiais, eles valem-se de narrativas, discursos e ideologias que perpassam as relações internacionais para desenvolverem sua política externa e, assim, obtém recursos de poder.

Evidenciando a existência de múltiplos discursos acerca do Estado, tanto nos meios políticos como acadêmicos, que correspondem à promoção de interesses particulares, o estudo das estratégias de sobrevivência do regime Mugabe oferece uma colaboração para a expansão do campo de Relações Internacionais de mais de uma forma. Ele permite a inclusão dos Estados fracos como os africanos como agentes das relações internacionais e fontes de políticas internacionais relevantes. Ao mesmo tempo, o campo de estudos se abre para o reconhecimento da importância de fatores ideacionais ou não materiais como discursos, narrativas, ideologias e identidades para as relações internacionais, que podem influenciar na construção da estrutura internacional e determinar os tipos de relações desenvolvidas entre os agentes. Espera-se, assim, contribuir para o melhor entendimento das relações internacionais de Estados com poucas capacidades materiais, como os africanos, nos debates das Relações Internacionais.



Referências Bibliográficas

- ALDEN Chris; ANSEEUW, Ward. **Land, Liberation and Compromise in Southern Africa**. New York, Palgrave Macmillan. 2009.
- BROWN, Chris. **"International Theory and International Society: the viability of the Middle Way?"**. Review of International Studies, 21(2): 183-196. 1995.
- CLAPHAM, Christopher. **"Review Article: Africa's International Relations"**. African Affairs, 86(345): 111-116. 1987
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge, Cambridge University Press. 1996.
- CLARK, John F. **"Realism, Neo-Realism and Africa's International Relations in the Post Cold War Era"**. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). Africa's challenge to International Relations Theory. New York, Palgrave Macmillan, 2001, p. 85-102.
- COOPER, R. **"The post-modern state"**. In: LEONARD, M. (Ed.). Re-Ordering the World: The long-term implications of September 11th. London, The Foreign Policy Centre, 2002, p. 11-21.
- DUNN, Kevin C. **"Introduction: Africa and International relations Theory"**. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). Africa's challenge to International Relations Theory. New York, Palgrave Macmillan, 2001, p. 1-10.
- DUNN, Kevin C. **"Madlib #32: The (Blank) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations"**. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). Africa's challenge to International Relations Theory. New York, Palgrave Macmillan, 2001, p. 46-63.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1988.
- GELDENHUYS, D. **Deviant Conduct in World Politics**. New York, Palgrave Macmillan. 2004.
- HURRELL, Andrew. **"Power, Institutions and the Production of Inequality"**. In BARNETT, Michael N.; DUVALL, Raymond. Power in global governance. Cambridge, Cambridge University Press. 2005 .
- JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. **"Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis"**. J. of Modern African Studies, 24(1), 1986, p 1-31.
- JACKSON, Robert H. **"Quasi-States, Dual Regimes, and Neoclassical Theory: International Jurisprudence and the Third World"**. International Organization, 41(4), 1987, p.519-549.
- KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. **Political Realism in International Relations**. In The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Edward N. Zalta (ed.). In



<http://plato.stanford.edu/entries/realism-intl-relations/> (acessado em 09 de abril de 2012) 2010.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton, Princeton University Press. 1999.

MAHMUD, Sakah. “**Controlling African States’ Behavior: International Relations Theory and International Sanctions against Libya and Nigeria**”. In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York, Palgrave Macmillan, 2001, p. 129-145.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília, Editora UnB. 2003.

NKIWANE, Tandeka. “**The End of History? African Challenges to Liberalism in International Relations**” In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory*. New York, Palgrave Macmillan, 2001, p. 103-111.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2005.

NYE, Joseph S. Jr. **Understanding International Conflicts An Introduction to Theory and History**. 6ª edição. Harvard, Harvard University. 2007.

PUCHALA, D. 1997. “**Some Non-Western Perspectives in International Relations**” In: *Journal of Peace Research*. 34(2): 129-134.

STEINER, George. **The Death of Tragedy**. London: Faber and Faber. 1961.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. New York, McGraw Hill. 1979.

WENDT, A. 1992. “**Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics**” In: *International Organization*, 46(2): pp. 391–425.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge, Cambridge University Press. 1999.